



## **A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência: Pará, 1822-1823**

André Roberto de A. Machado  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP



## **A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência: Pará, 1822-1823**

André Roberto de A. Machado

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

### **História e Território**

Ao contrário do que seria comum há algumas décadas, na bibliografia especializada está praticamente superada a ideia de que havia uma unidade territorial e política entre os habitantes dos antigos domínios portugueses da América, às vésperas da independência. A própria generalização do termo “América Portuguesa”, em substituição a “Brasil Colônia”, é menos uma moda historiográfica e mais a demonstração do esforço em perceber o território dentro da sua lógica histórica, buscando desfazer uma relação mecânica entre os antigos espaços coloniais e as fronteiras dos futuros Estados Nacionais.<sup>1</sup> Por um lado, sabe-se que os contemporâneos tinham dúvidas sobre a capacidade do Rio de Janeiro em incorporar todos os territórios coloniais portugueses à América, ao mesmo tempo em que a anexação de partes da África era livremente debatida na imprensa, ao longo do início da década de 1820.<sup>2</sup> No plano mais geral, talvez uma das mais impressionantes contribuições para esse entendimento sejam os novos estudos sobre o Vintismo. Desfazendo a percepção de que as Cortes de Lisboa eram o capítulo final de um conflito entre “brasileiros” e “portugueses”, a descrição da atuação dos deputados americanos deixa clara a inexistência de uma identidade comum, bem como as dificuldades em estabelecer alianças que conseguissem sobrepor os interesses fixados nas províncias do Reino do Brasil.<sup>3</sup>

Se a ideia de unidade do território brasileiro às vésperas da independência foi desconstruída frente a sua impossibilidade histórica, curiosamente persiste a perspectiva historiográfica que reconstrói esse período

<sup>1</sup> Entre outros, ver: PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação na Crise dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: Hucitec, 2002; NOVAIS, Fernando A. Condições de Privacidade na Colônia. IN: \_\_\_\_\_. História da Vida Privada no Brasil. v. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39.

<sup>2</sup> MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. cap. 1.

<sup>3</sup> BERBEL, Márcia Regina. A Nação como Artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. São Paulo: Hucitec, 1999; BERBEL, Márcia Regina. A retórica da colonização. IN: JANCSÓ, István (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 791-808.



do tendo as fronteiras provinciais como molde. Nessa direção, os acontecimentos pretendem seguir uma lógica em que os embates políticos estão “ilhados” nos limites das províncias, como se esta realidade fosse praticamente independente. As referências às ocorrências na Corte ou em Lisboa são poucas e frequentemente destinadas a contextualizar o leitor e não demonstrar a integração entre essas diversas ocorrências. Já em relação às outras províncias, as citações são, de modo geral, raríssimas.

As explicações para a força dessa construção histórica são de duas ordens. A primeira é a própria história da consolidação das chamadas “histórias regionais”, entre os séculos XIX e XX. Como se sabe, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estimulou a construção de narrativas específicas, focadas nas províncias, ainda que fosse a partir disso que pretendesse construir também uma História Geral, nacional, tida como o grande objetivo final.<sup>4</sup> Hoje, essa pretensão em valorizar recortes em uma história baiana, paraense ou paranaense, renderam uma tradição bastante consolidada, com produção significativa, um ensino regular na educação básica e uma presença marcante no ensino superior de história nesses Estados, algumas vezes com um número de disciplinas até maior do que as atribuídas à “História do Brasil”. Essa tradição, cultivada desde a vida escolar, tem o mérito de questionar os grandes modelos explicativos da chamada história nacional, mas reproduz sua lógica nas novas gerações, que continuam a enxergar as fronteiras dessas províncias como o contorno da realidade.

Talvez, significativamente, sejam justamente os episódios relativos à independência os de maior destaque destas historiografias com recortes marcados pelos espaços provinciais. Visto em perspectiva, esse resultado chega a ser surpreendente, já que, no século XIX, se travou uma luta pela construção da memória em torno da independência, com uma especial dedicação em solidificar uma visão calcada nas ações do Rio de Janeiro. Um exemplo disso pode ser pensado a partir das datas oficiais para a comemoração da independência. Os trabalhos de Hendrik Kraay demonstram como a definição entre uma data ou outras eram a tentativa de fortalecer uma compreensão política desse processo, sendo que o próprio sete de setembro, hoje tido no senso comum

---

<sup>4</sup> Entre outros, veja de GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; e de ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-45)*. São Paulo: Hucitec; Fapemig, 2008.



como a data da independência do Brasil, não figurava entre os feriados oficiais nos primeiros anos do novo Império.<sup>5</sup> Nessa direção, deve ser observado o debate ocorrido no Senado, em 1830, quando se discute a pretensão do Conselho Geral da Província da Bahia em transformar o Dois de Julho em uma festividade oficial. Apesar dos discursos de alguns senadores, que não só defenderam a medida, como a trataram como um costume já consolidado, a proposta do Conselho Geral foi rejeitada pelo Senado.<sup>6</sup> Qual a razão disso? Diminuir a importância de eventos que lembrassem os conflitos desse período? Certamente, a comemoração de datas como essa ressaltavam o fato de que as províncias viveram várias cronologias em torno da independência, algo muito distante do suposto compasso de todo o território com os acontecimentos sediados no Rio de Janeiro. A importância do Dois de Julho para a própria identidade baiana, para ficar em um exemplo, talvez seja a maior demonstração de força da tradição historiográfica focada nos acontecimentos das antigas províncias.

Além da consolidação desta historiografia, outro motivo para construir as narrativas desse período nesses moldes está na afirmação de alguns historiadores de que, às vésperas da independência, as províncias estavam desconectadas como resultado de uma política de longo prazo do Império português. Luiz Felipe de Alencastro, por exemplo, utilizou as poucas trocas comerciais do período, como prova do isolamento das províncias entre si.<sup>7</sup> Já Márcia Berbel também fez esse tipo de afirmação, certamente influenciada pelos discursos dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa.<sup>8</sup> Afinal, em vários momentos, os interesses provinciais estiveram em primeiro plano no Congresso Português, algo sintetizado pelo então deputado Feijó, que chegou a afirmar que as províncias se governavam de forma independente.<sup>9</sup>

As avaliações de Alencastro e Berbel inserem-se na importante desconstrução da ideia de unidade do território dos domínios portugueses, às vésperas da independência, para qual deram importante contribuição. Entretanto, há um exagero em supor que as províncias estavam “ilhadas”, cada qual apenas se reportando à Corte, seja na Europa, seja

<sup>5</sup> KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. Almanack Braziliense, São Paulo, n. 11, p. 52-61, mai. 2010. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

<sup>6</sup> Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1830. Rio de Janeiro: s. i., 1914, em 17 de junho de 1830.

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. IN: \_\_\_\_\_. (Org.). História da Vida Privada. v. 2 – Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12-23.

<sup>8</sup> BERBEL, Márcia. A nação como artefato, p. 31-57.

<sup>9</sup> TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22. IN: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 83.

no Rio de Janeiro. As trocas comerciais eram poucas, mas existiam. Assim como declarações, como as de Feijó, exprimem alguma verdade, mas não podem ser lidas sem ter em conta de que se tratavam de manifestações políticas que não tinham como objetivo descrever a realidade, mas defender interesses específicos.

Na verdade, as províncias tinham relações entre si, políticas e econômicas, que criaram laços mais sólidos ou mais frágeis, mas que tiveram um papel importante na lógica dos acontecimentos do início da década de 1820. Para entender a importância disso, basta retomar um dos aspectos mais célebres da obra de Benedict Anderson: as chamadas “rotas de peregrinação”.<sup>10</sup> Autor de uma das mais influentes obras no debate sobre a formação dos Estados Nacionais, Anderson insistiu que o caminho recorrente dos homens, pelo interior do território, seja em razão de trocas econômicas, na busca por justiça, pela formação intelectual ou outras atividades, criavam marcas, “rotas de peregrinação” que ajudariam a entender o contorno dos Estados nacionais.

Os domínios coloniais espanhóis na América foram explorados à exaustão, por Anderson, para demonstrar a justeza desse raciocínio, pois é possível encontrar grande correspondência entre os Estados Nacionais que emergiram no século XIX e essas peregrinações. Significativamente, contudo, Anderson cala-se, neste aspecto, em relação à América Portuguesa. A razão para isso é clara: não há no território colonial português na América uma rota de peregrinação única, que integrasse essas posses com o trânsito de homens para quaisquer atividades humanas, fossem trocas comerciais, resolução de pendências burocráticas ou qualquer outra questão. No fundo, o único caminho integrador dessa unidade eram os caminhos que levavam à metrópole, o que ajuda a compreender a afirmação de vários historiadores de que o Brasil, como uma unidade, era uma percepção que durante muito tempo só fez sentido na cabeça da alta cúpula dos funcionários do Império Português.

Apesar disso, a proposição de Anderson também é fértil para pensar a formação do Império do Brasil, ainda que não pelas razões que ele tinha imaginado originalmente. No caso da colonização da América Portuguesa, a ideia de “rotas de peregrinação” não ajuda a explicar a manutenção do território colonial no Estado independente, mas contribui para o seu inverso: demonstra o quanto foi complexo esse fenômeno. Isto porque, se é verdade que não houve uma única “rota de peregrina-

---

<sup>10</sup>ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.



ção” unindo todo o espaço colonial, é igualmente correto afirmar que existiram várias delas concomitantemente. Ou seja, na América Portuguesa existia uma grande quantidade de centros e periferias e a formação de grandes áreas de influência organizadas a partir das grandes cidades da colônia.

Em alguma medida, isto já está apontado no artigo “Peças de um Mosaico”, de István Jancsó e João Paulo Pimenta, texto que foi a plataforma para vários estudos sobre a formação do Estado Nacional no Brasil. Apesar de dialogar e reelaborar as ideias de Anderson, Jancsó e Pimenta demonstram que a percepção de que a América Portuguesa tinha vários centros e periferias já estava consagrada em obras mais antigas. Dessa forma, lembram que o próprio Fernand Braudel, ao tentar explicar a hierarquização dos espaços em torno das cidades para as quais convergiam os fluxos comerciais e de pessoas, utilizava justamente a colonização portuguesa na América como exemplo.<sup>11</sup> Na perspectiva de Braudel, as grandes cidades da colonização lusa na América, nomeadamente Recife, Salvador e Rio de Janeiro eram polos para onde convergiam e em torno do qual se organizavam as comunidades do interior do continente, sendo estas cidades também a porta para o escoamento de mercadorias para o comércio com o exterior.<sup>12</sup>

Enquanto nosso raciocínio transita entre um território coeso e a dispersão total das províncias, essa hierarquização de espaços na América Portuguesa, que estava tão clara para Braudel, também era importante para os contemporâneos, na virada para o XIX. Em agosto de 1822, por exemplo, o cônsul francês Albert Roussin apostava que, se o Reino do Brasil rompesse com Lisboa, a partir dos antigos domínios portugueses se formariam vários Estados independentes. Mas Roussin não acreditava que isso aconteceria de modo aleatório. Ao invés disso, pensando especialmente a partir da Bahia, apostava que os vários Estados seguiriam uma lógica espacial, em que seria necessário organizar o território a partir de cidades que escoariam a produção para o oceano.<sup>13</sup> Em outras palavras, estava se referindo ao peso das relações de centro e periferia

<sup>11</sup> JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. 2. ed. São Paulo: Editora Senac. p. 137-138.

<sup>12</sup> BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. v. 3: O Tempo do Mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 395.

<sup>13</sup> WISIAK, Thomas. A Nação Partida ao Meio: Tendências políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro. 2001. 234pág. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001. p. 181.



formadas durante a colonização portuguesa. Além disso, a formação de blocos regionais era uma solução evidente, em um quadro em que poucas províncias poderiam supor ter condições econômicas e políticas para decidir seus destinos de maneira isolada.

Observando a história do Grão-Pará, é perceptível a criação desses laços nos territórios das capitanias vizinhas, bem como a influência que esta lógica territorial teve nos processos políticos do período da independência.

### **O Universo do Grão-Pará**

É quase impossível pensar a história do Grão-Pará de maneira isolada, uma vez que as ações do Império Português sempre ataram o seu destino a um conjunto territorial mais amplo. Evidentemente, os laços mais claros sempre foram com o Maranhão. Como se sabe, a impossibilidade de ver a América Portuguesa como uma unidade, ao longo da história, começa pelo fato deste território ter sido organizado, durante a maior parte da colonização, em dois Estados: um ao sul, propriamente o Estado do Brasil, que teve sedes em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Ao norte, durou por mais de 150 anos outro Estado. De 1621 até 1750, esse território foi conhecido como Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Em 1750, em uma das ações mais significativas do governo de Pombal, essa região passou por uma série de reformas, a começar pela própria reorganização espacial, dando lugar ao novo Estado do Grão-Pará e Maranhão, agora com sede em Belém.<sup>14</sup>

A existência desse Estado e a própria escolha das capitais não era aleatória e, sim, fundada na intenção de promover justamente a sinergia dos espaços, racionalizar os deslocamentos de homens e mercadorias. Ou seja, tudo que iria fomentar aquilo que posteriormente Benedict Anderson chamou de “rotas de peregrinação”. Ainda nesta direção, o Estado ao norte da América Portuguesa justificava-se não só na imensidão dos territórios coloniais, mas por razões ligadas à facilidade de navegação.

<sup>14</sup> Sobre as reformas de Pombal nessa região, ver: MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000; DONGHI, Tulio Halperin. História de América Latina. v. 3: Reforma y Disolución de Los Impérios Ibéricos (1750-1850). Madrid: Alianza Editorial, 1985; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. 1998. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998; SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, 1755-1823. 2001. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História., Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001



Como lembram os historiadores, nesse período, as viagens por mares e rios eram o meio mais eficiente de transporte, mas questões ligadas às correntes marítimas tornavam difícil a ligação entre o norte da América Portuguesa e o sul do continente até o advento do barco a vapor.<sup>15</sup> Esse foi um problema que persistiu, inclusive, muitos anos depois da independência, causando quase um isolamento entre essa região e a Corte no Rio de Janeiro. Já na década de 1840, o missionário americano Daniel P. Kidder sintetizava esse problema:

Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a Capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e do Pará chegavam à Corte, via Grã-Bretanha ou Estados Unidos, em tempo mais curto que se enviadas diretamente.<sup>16</sup>

Desde o período colonial, a necessidade de deslocamento para fugir das águas e ventos desfavoráveis era tão grande que a ligação de toda a região do Maranhão e Pará era muito mais simples e rápida com a Europa do que com a Bahia e o Rio de Janeiro, ao contrário do que supõe hoje o nosso senso comum. Isso necessariamente exigia uma logística que impunha o acesso a órgãos de decisão do Império Português, diferente daqueles existentes no sul, a começar pela sede do governo colonial. E não eram só os caminhos políticos e burocráticos que eram diferentes entre essa região e o sul da colônia. O comércio também estava amplamente conectado com a Europa e praticamente inexistente com a região do Rio de Janeiro, algo que permaneceu ainda depois da independência. Exemplo disso é que dos quase 130 barcos de comércio atracados em Belém, em 1828, quando se excetua aqueles vindos do Maranhão, resta apenas um de outro porto brasileiro, enquanto os originários

<sup>15</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 57-63.

<sup>16</sup> Daniel P. Kidder. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980. p. 17. Não por acaso, as dificuldades de comunicação entre a região do Pará e do Maranhão com a Corte, no Rio de Janeiro, fez com que essas províncias fossem continuamente citadas pelos deputados e senadores do Império que desejavam fazer uma reforma constitucional, na década de 1830, que garantisse maior autonomia às províncias. Sobre isso, veja MACHADO, André Roberto de A. *As "reformas em sentido federal". A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional*. *Revista Estudos Amazônicos*, v. IV, n. 1, p. 53-98, 2009.



de Portugal permanecem como um quarto do total, ainda acima dos ingleses ou dos embarcados nos Estados Unidos.<sup>17</sup>

No período da independência, textos na imprensa paraense ou panfletos, inclusive muitas vezes reproduzindo textos originários de outras províncias, ressaltavam a dificuldade de comunicação com o sul, como um argumento definitivo para a manutenção do alinhamento com Lisboa e a rejeição da independência. Em algumas ocasiões, inclusive, citavam não apenas a condição do Pará, mas de toda a chamada região ao norte do Cabo de Santo Agostinho, o que incluía o antigo Estado setentrional da América Portuguesa. Essa percepção de interesses de um quadro mais amplo do que aqueles que estavam na fronteira do Pará, punha no topo dos argumentos a defesa da ideia de que o Reino do Brasil não precisava de um centro político em substituição a Lisboa, algo que grande parte da historiografia nos fez crer ser um consenso entre os homens daquele período.<sup>18</sup> Ao contrário disso, alguns textos defendiam que se desejava abandonar o que se vivia antes do Vintismo, com absorção de recursos de todas as províncias pelo Rio de Janeiro, enquanto outros textos ironizavam que alguns ainda pretendessem deixar a condição de membros de uma Assembleia Constituinte para mendigar uma posição no Conselho Consultivo criado por D. Pedro.<sup>19</sup>

Se a existência de um Estado no norte da América Portuguesa estava fundada em razões de uma lógica espacial, visando facilitar o trânsito de homens e mercadorias, da mesma forma, a escolha de Belém para capi-

<sup>17</sup> A tabela com a lista das embarcações está transcrita em PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da revolta: Trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. 1998. 438pág. Tese (Doutorado em História) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 179-180. Os dados originais estão em SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Corografia Paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará. Salvador: Typografia do Diário, 1833. p. 154. Se este já era um número expressivo, é surpreendente saber que neste ano e também em 1829, os Presidentes do Grão-Pará justificavam o caos financeiro da província, entre outras coisas, pelo enfraquecimento do comércio com Portugal, causado por questões políticas. Sobre isso, veja Arquivo Público do Estado do Pará [APEP] – Códice 869, d. 10, em 11 de agosto de 1828; APEP – Códice 870, d. 49, em 08 de abril de 1829.

<sup>18</sup> Geraldo Mártires Coelho. Onde fica a Corte do Senhor Imperador? IN: JANCÓS, István. (Org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. p. 277. Márcia Berbel também deixa claro que nos debates nas Cortes de Lisboa não era consensual entre os deputados americanos a necessidade de um centro administrativo no Reino do Brasil. BERBEL, Márcia. A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). Jornal O Paraense, edição n. 05, de 05 de junho de 1822; Biblioteca Nacional (BN – RJ) OR 00171 - SEIXAS, Romualdo Antonio de. Proclamação da Famosa Velha Amazonas a seus netos, luso-americanos que habitam o norte do Brasil animando-os na firme adesão a Portugal contra as malignas influências do fatal cometa que assombra os horizontes do sul. Lisboa: Tipografia Patriótica, 1822. Tanto no Pará como em outras regiões, destacadamente Pernambuco, a existência da Corte no Rio de Janeiro não foi vista como algo positivo. Sobre isto ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da revolta; e BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-24): sem constituição soberana não há união. IN: JANCÓS, István. (Org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003. p. 219-249.



tal do Estado do Grão-Pará e Maranhão seguia a ambição de Pombal de melhorar a comunicação interna, apostando que o lugar privilegiado de Belém na rede hidrográfica do continente tornaria melhor o contato com o interior.<sup>20</sup> Nítida estava a preocupação em criar caminhos para o centro do continente, na região de Goiás e Mato Grosso, ação complementada por decisões comerciais da Companhia Monopolista criada pelo poderoso ministro.<sup>21</sup>

Por todas essas razões, os homens dessa região estavam acostumados a transitar de um ponto a outro desse território. Desde o século XVII, maranhenses e paraenses precisavam deslocar-se neste universo para viabilizar seus pleitos políticos nas sedes dos Estados do Maranhão e Grão-Pará ou, a partir de meados do XVIII, do Pará e Maranhão. Da mesma forma, transitavam em razão de recursos jurídicos ou pelo comércio. Esses fluxos criaram coesões identitárias muito significativas. Basta lembrar, por exemplo, que, até Pombal, todo o Estado do Maranhão e o Grão-Pará tinha como sua fala supraétnica o nheengatu ou Língua Geral Amazônica que, por sua vez, era distinta da Língua Geral utilizada no sul da América Portuguesa. Como aponta Bessa Freire, o nheengatu foi pensado para viabilizar a catequização, mas se espalhou por todo o Maranhão e o Grão-Pará até o ponto de praticamente banir o português, em todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor nascido na Europa. O próprio irmão de Pombal, designado para governar o norte da América Portuguesa, ficou impressionado com a dificuldade em ser compreendido por funcionários públicos, inclusive os nascidos na metrópole.<sup>22</sup> Esse fenômeno histórico, fortemente combatido, a partir de meados do XVIII, podia ser encontrado em toda essa região.

Além de questões culturais e laços históricos comuns, havia algo muito importante que ligava o Pará ao Maranhão, especialmente no começo do XIX: recursos financeiros. As reformas implementadas por Pombal para o norte da colônia americana tinham o objetivo de explorar mais racionalmente este espaço e massificar o uso de escravos africanos, mas os seus resultados foram bastante distintos, nas duas capitanias. O Mara-

---

<sup>20</sup> JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, J. R. do Amaral. (Orgs.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996. p. 3-26.

<sup>21</sup> As ações da companhia em relação a Mato Grosso e Goiás serão discutidas adiante. Sobre a Companhia Monopolista criada por Pombal para essa região, ver: DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). São Paulo: Coleção da Revista de História, 1971.

<sup>22</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: UERJ; Atlântica, 2004.



não tornou-se uma capitania muito rica, entre o final do século XVIII e o começo do XIX, em razão, sobretudo, da alta demanda externa por algodão. Sua riqueza econômica pode ser medida também pela enorme mudança em relação a sua mão de obra: enquanto antes de Pombal os africanos eram raros, a demanda por escravos não só absorveu os enviados pela Companhia Monopolista como a entrada desses braços foi necessária, após a sua extinção, transformando o Maranhão da véspera da independência na província que proporcionalmente mais tinha cativos negros.<sup>23</sup> O Pará, ao contrário, continuava a ter uma economia frágil, dependendo em grande medida do trabalho compulsório dos indígenas e tendo como principais produtos de exportação artigos como o cacau, que ainda que fosse cada vez mais plantado também era extraído da mata. Esse desnível econômico entre as duas províncias resultava na necessidade de repasses regulares de recursos do Maranhão para o Pará, a fim deste último fechar as suas contas. Tanta era a dependência que, no começo da década de 1820, várias eram as cartas das autoridades paraenses solicitando o envio de recursos, chegando-se até a enviar um barco para recolher o dinheiro da província vizinha.<sup>24</sup> Já no Império do Brasil, a necessidade dos repasses continuava uma prática bastante enraizada. Nesta direção, na proposta de elevação do Rio Negro à condição de nova província, feita pelo deputado paraense Romualdo Seixas, indicava-se a necessidade de repasses do Maranhão para o novo governo até que esse pudesse se manter, o que gerou protestos na Câmara sob a alegação de que os maranhenses ganhariam agora um novo filho para sustentar além do Pará.<sup>25</sup>

Visto sob esse ângulo, as ligações políticas, culturais e econômicas entre as duas províncias não podiam ser desprezadas no período da independência. De modo rasteiro, o Pará não tinha condições políticas ou econômicas de manter o seu destino, de maneira isolada, sem considerar o rumo do Maranhão. No entanto, como ficará evidente nas próximas páginas, da mesma forma as autoridades maranhenses preocuparam-se com o desenrolar dos acontecimentos no Pará, não medindo esforços para manter a sintonia nos dois lados da fronteira.

Se estes são os laços mais evidentes e fortes do Pará com outra província, também é verdade que existiam ligações, ainda que mais tênues e

<sup>23</sup> ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.

<sup>24</sup> APEP – Códice 740, doc. 521.

<sup>25</sup> MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29)*. Almanack Braziliense, n. 10, p. 75-97, 2009.



erráticas, com o interior do continente, sobretudo com o Mato Grosso e Goiás. Foram várias as tentativas, inclusive durante o Império do Brasil, em fortalecer a comunicação entre Belém e essa região.<sup>26</sup> No período Pombalino, por exemplo, há uma ação de grande monta: cerca de um terço dos quase quinze mil escravos africanos desembarcados em Belém pela Companhia Monopolista tinha o Mato Grosso como seu destino.<sup>27</sup> Sem dúvida, não se tratava de um comércio de pequeno volume e certamente exigiu a mobilização de muitos recursos, para se viabilizar.

Ações mais pontuais multiplicaram-se, ao longo da colonização. Em 1797, por exemplo, Francisco de Souza Coutinho escrevia um relatório sobre as suas iniciativas em criar fazendas de gado nos limites das províncias do centro e o Pará. Também em suas comunicações, deixa clara a sua estratégia de utilizar a rica hidrografia, entre essa região e Belém, como um meio de impulsionar trocas comerciais.<sup>28</sup>

Ainda que essas ligações não fossem tão fortes como as estabelecidas com o Maranhão, várias cartas e outros documentos demonstram que havia relações de hierarquia entre esses espaços e que esta questão esteve nos cálculos políticos dos homens, no período da independência. Nesta direção, já durante o Vintismo, há cartas da Junta Provisória do Pará relatando que havia negado pedidos de empréstimo da província do Mato Grosso em razão de dívidas anteriores não terem sido quitadas.<sup>29</sup> Percebe-se aqui uma inversão da hierarquia em relação ao que acontecia com o Maranhão e nesse caso o Pará é a província que recebia pedidos de socorro que, aliás, pareciam recorrentes.

Já em relação a Goiás, as relações parecem ter sido ainda mais complexas. No período da independência, o norte de Goiás estabeleceu um governo autônomo em relação ao sul e buscou uma aliança com grupos políticos do Pará, para garantir o sucesso do seu projeto de secessão. Há vários indícios e manifestações nesse sentido, que parecem ter sido estimulados por interesses econômicos entre esse grupo na fronteira norte de Goiás e núcleos paraenses. Nesse sentido, a própria eleição dos deputados do norte de Goiás, indica essa proximidade de interesses: um dos eleitos morava em território paraense, mas não assumiu

<sup>26</sup> Entre outros, ver: GREGÓRIO, Vitor Marcos. Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-67). São Paulo: Anablume, 2012.

<sup>27</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XVIII. Belém: Pakatatu, s. d. p. 28-29.

<sup>28</sup> BN – RJ, Seção de Manuscritos, 7, 3, 41. Informação sobre a comunidade e o comércio do Pará para Goias. Pará, 1797.

<sup>29</sup> APEP, Códice 739, doc. 123.



seu posto nas Cortes de Lisboa. Já o outro eleito foi Joaquim Teotônio Segurado, conhecido por suas iniciativas para integrar o norte de Goiás ao Pará.<sup>30</sup> O Governador de Armas do Pará, o brigadeiro José Maria de Moura, chegou a escrever a Lisboa afirmando que os representantes do norte de Goiás iriam pedir a incorporação dessa província ao Pará.<sup>31</sup> Ainda que esta ação não tenha sido tomada, a sua simples menção dá noção das ideias que circulavam naquele período.

A seguir, ficará demonstrado como essas relações econômicas, políticas e culturais foram um fator considerado no xadrez da independência que era jogado em um tabuleiro muito maior que as fronteiras das províncias.

### **O território e a independência**

Em junho de 1822, chegavam a Belém documentos enviados desde o Rio de Janeiro. Entre eles, estava a ordem para cumprir um decreto assinado no começo do ano na Corte carioca que pretendia dar a essa cidade a condição de um centro de “meios e de fins” no Reino do Brasil. Para isso, mandava proceder à escolha de procuradores a serem enviados para aconselhar D. Pedro nas reformas a serem adotadas na América, além de advogar os interesses da sua província de origem.<sup>32</sup> Esses documentos chegaram através de um navio, que já havia ancorado na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, antes de parar em Belém, e trazia cópias para serem distribuídas para várias pessoas na cidade e no interior. De posse dos documentos, a Junta de Governo do Pará decidiu reter todas as cópias e ignorar a ordem vinda do Rio de Janeiro.<sup>33</sup> Posteriormente, a Junta ainda escreveu a Lisboa, não só alegando que era contrária à proposta de D. Pedro, mas que se dirigir a um centro de poder no sul do Brasil não favorecia aos interesses do Pará.<sup>34</sup>

A investida do Rio de Janeiro produziu uma reação que permitiu enxergar os contornos mais claros de uma região de influência em torno do Pará, tal como desenhado nas páginas anteriores. Pouco tempo depois da circulação das cartas enviadas com o decreto do Rio de Janeiro, chegaram a Belém ofícios das autoridades de Mato Grosso e Goiás, que pro-

<sup>30</sup> BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*, p. 79-80.

<sup>31</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 154, d. 11.817 (projeto Resgate).

<sup>32</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.824;

<sup>33</sup> APEP, Códice 742, doc. 61.

<sup>34</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.827



punham auxílio mútuo na defesa da fidelidade a Lisboa.<sup>35</sup> No mesmo período, autoridades do governo do Maranhão enviaram cartas para a Junta do Pará narrando o recebimento das mesmas ordens da Corte no Rio de Janeiro, a sua decisão de não obedecer e de reter as cópias.<sup>36</sup>

É muito sintomático que, dentre a documentação estudada e no registro de outros historiadores, seja justamente dessas províncias que surjam correspondências que preveem cooperação e ações conjuntas. Ressalte-se que isso não ficou apenas no campo das palavras, mas se traduziu em ações bastante significativas. Exemplo disso é que o Maranhão criou um correio entre São Luís e Belém, arcando com todos os custos, numa tentativa explícita de coordenar ações mediante a crise do Império Português.<sup>37</sup> Evidentemente, essa percepção de uma grande região, em alguma medida conectada, uma área de influência, era mais intuída do que verbalmente descrita. No entanto, em alguns momentos foi explicitada a visualização, não só de um bloco historicamente ligado, mas a própria impossibilidade de seguir um rumo político frente à crise, ignorando o destino dos territórios vizinhos. Exemplo disso é uma declaração do governo do Maranhão, celebrando a eleição da nova Junta no Pará, texto publicado no terceiro número do periódico *O Paraense*:

Irmãos são todos os portugueses de ambos os mundos. Irmãos são todos os habitantes das diversas províncias do Brasil. Porém, a proximidade dos povos do Pará e dos povos do Maranhão, a identidade de um Clima a outra Clima, a analogia das circunstâncias locais, a força de antigas relações de que antes se constituíram uma única província, tudo isso são razões imprescritíveis para os conservar em vínculo inquebrantável não só irmãos, mas irmãos compatriotas e Cidadãos a quem são comuns todos os votos e todos os interesses.<sup>38</sup>

O texto acima tem grande interesse por duas razões. A primeira é porque demonstra a visualização dessa ligação entre as duas províncias, deixando claro que não só havia uma especificidade entre elas e o con-

<sup>35</sup> RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970. p. 24-25; BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969. p. 344-345.

<sup>36</sup> MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão Pará à independência*. 2. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. p. 209-211.

<sup>37</sup> APEP, Códice 740, doc. 582.

<sup>38</sup> AHU, ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). *Jornal O Paraense*, edição n. 03, de 29 de maio de 1822.

junto da América, mas sugeria que seu destino deveria ser comum. A segunda razão está diretamente relacionada à primeira: por que o texto foi publicado? Parece claro que para respaldar politicamente a nova Junta, algo que só era relevante porque os agentes políticos do período tinham clareza da dependência do Pará, sobretudo econômica, em relação ao Maranhão.

Parece claro, portanto, que as decisões políticas que iam sendo assumidas na província levavam em conta esse cenário mais amplo, com agentes do Pará e das suas vizinhas atentos ao que acontecia ao redor. Esses eram dados que davam respaldo a projetos políticos para aquela região, alguns mais nítidos outros mais intuídos. Sem dúvida alguma, nessa linha não houve projeto político mais bem acabado do que aquele elaborado pelo governador de Armas do Pará, José Maria de Moura. Figura central na política do Pará, desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Na maior parte das vezes, foi descrito como um personagem isolado e um tanto quanto fantasioso, ao não perceber que, supostamente, defendia uma causa insustentável. Talvez por conta da cristalização dessa percepção de isolamento, historiadores como Geraldo Mártires Coelho, o primeiro a citar o projeto de Moura de buscar apoio em Lisboa para garantir a fidelidade do Pará, Maranhão e suas províncias subordinadas, tenham visto a proposta do Governador de Armas como uma iniciativa pessoal, um suspiro, na tentativa de manter o controle português sobre a América.<sup>39</sup> Ao contrário disso, o projeto de Moura é tratado aqui apenas como a expressão mais bem acabada dessa percepção de que havia um bloco de províncias para as quais o seu destino político estava entrelaçado.

A carta do Governador de Armas a Lisboa, em maio de 1822, demonstra como a influência das “rotas de peregrinação” nos desfechos desse período está longe de ser apenas uma teorização. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal, Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependen-

<sup>39</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

tes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul e ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações, no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América. Nas palavras de Moura:

Deixo de falar sobre as relações comerciais que desde há muitos anos se acham estabelecidas entre esta província e o Maranhão, e igualmente deixo de referir a dependência em que está o Piauí do mesmo Maranhão. Só insisto a observar a Vossa Excelência que achando-se esta última província em idênticas circunstâncias do Pará relativamente as poucas relações de conveniência em que se acham com (ilegível) as mais províncias ao sul do Cabo de S. Roque, não podem os seus habitantes deixar de fazer causa comum com os paraenses, formando estas duas províncias com as mais que delas dependem um extensíssimo Corpo Político que abrange a terça parte do território Brazilico mais rico em produções minerais, e mais fartas nos (ilegível) vegetais, (ilegível) as margens do Amazonas, Solimões, Rio Negro podem fornecer a Europa de todas as Especiarias [...].

Sendo as relações de conveniência para com (ilegível) e estreitos vínculos de amizade entre os povos, achando-se as províncias do Mato Grosso, Ceará, Piauí e Comarca de São João das Duas Barras intimamente ligadas com o Pará e Maranhão, cujas recíprocas relações comerciais se dirigem a Europa e particularmente para Portugal, é claro que estas duas províncias cujos interesses são absolutamente estranhos ao resto do Brasil se conservarão na obediência da Mãe Pátria se a Mãe Pátria as sustentar e apoiar com forças capazes de impor respeito, e repelir qualquer agressão de inimigos externos, ou internos que para fins particulares e contrários ao interesse Nacional intentarem perturbar o sossego de seus pacíficos habitantes.<sup>40</sup>

<sup>40</sup> AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate).

No entanto, este plano foi se tornando cada vez mais inviável para aqueles que pretendiam manter esse território sob o domínio português. O governo de D. Pedro enviou tropas para o interior do continente com bom sucesso militar. Entre os alvos, estava o norte de Goiás, claramente uma preocupação para o Rio de Janeiro, diante da possibilidade de união com os grupos paraenses que não pretendiam se submeter a D. Pedro.<sup>41</sup> Em meados de 1823, essa região já passava ao controle da Corte carioca, época que as autoridades de Goiás mandam uma correspondência secreta ao Governador de Armas do Pará:

Sendo necessário para o bem da província de Goiás e muito conveniente ao Serviço da Nação e de sua Majestade o Imperador, que eu depois de dissolvido o Clube que por 18 meses se intitulou Junta de Governo na Comarca de São João das Barras continue ainda a exercer o Governo Civil e das Armas na dita comarca e porque para melhor informar sobre a navegação do Tocantins chegasse a esta nova povoação de Carolina situada no lugar denominado Três Barras 300 léguas distante de Goiás muito próxima a essa província encarreguei ao Sargento Mor José Antonio Ramos Jubé que se acha o exercício as minhas Ordens para em meu nome e do Governo de quem sou membro cumprimentar Vossa Excelência por isso que os Goianos sempre se confessarão amigos dos Paraenses.

Entretanto porém que a Política, a amizade e os interesses recíprocos de ambas estas províncias me fazem dar este passo o Patriotismo com que Goiás se coliga as Províncias Meridionais, o amor pela Independência que se descobre em todo o Brasil e o entusiasmo progressivo com que sustenta-se sagrada causa dos Brasileiros, e forceja-se por salvar a integridade do Império me impele a oferecer a V. Excelência todas aquelas prestações que a sabedoria, prudência e amor do bem da Ordem que se divisa em V. Excelência julgar convenientes as circunstâncias políticas do Brasil; ousando desde já afiançar aos Goianos a Glória de ainda poderem se considerar Irmãos dos Paraenses, porque estes não desprezarão a associação Brasileira.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Sérgio Paulo Moreira. A Independência em Goiás. Revista de História, n. 94, 1973.

<sup>42</sup> APEP, Códice 671, d. 76.



O envio da correspondência das autoridades de Goiás só reforça os argumentos até agora apresentados: deixam claro que para os homens desta província também era evidente a importância do Pará para o seu destino político. Como o inverso igualmente era sabido verdadeiro, a carta destaca o alinhamento de Goiás como um argumento para a inviabilidade da manutenção da fidelidade a Lisboa. Tratava-se de uma medida diplomática, buscando minar a expectativa dos que ainda julgavam possível resistir às ações do Rio de Janeiro, com a preservação de um território no norte e centro do continente. No entanto, as autoridades paraenses reagiram, proibindo o trânsito de canoas para o Mato Grosso e para Goiás.<sup>43</sup>

Com essa situação, claramente os recursos e as esperanças dos que, no Pará, apostavam na manutenção de províncias ligadas a Lisboa, se centraram no Maranhão. Assim, quando começou a guerra no Maranhão, com o enfrentamento dos grupos a favor e contra o alinhamento ao Rio de Janeiro, as autoridades do Pará buscaram sustentar a posição das autoridades que àquela altura permaneciam fiéis ao governo português. Entre outras medidas, o governo paraense enviou carnes para suprir a crise de abastecimento no Maranhão, em decorrência da guerra.<sup>44</sup>

Entretanto, os episódios que evidenciam o papel central do Maranhão para os destinos do Pará são aqueles relativos ao envio de tropas em 1823. Àquela altura, a situação interna no Pará já não era confortável, com o acirramento dos ânimos e uma divisão da sociedade muito evidente. Ao contrário do que muitos acreditariam, no entanto, o centro dessa divisão ainda não era entre os que queriam o alinhamento ao Rio de Janeiro e os que desejavam se manter unidos a Lisboa. Ao contrário, muitos conflitos ocorriam em torno dos diferentes entendimentos sobre o significado do Vintismo no Pará.<sup>45</sup> Em razão dessa tensão, o governador de Armas José Maria de Moura e a Junta de Governo divergiram sob a atitude a tomar mediante uma solicitação feita pelo governo do Maranhão: em janeiro de 1823, o governo maranhense pediu o envio de duzentos soldados.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> APEP – Códice 754, doc. 366

<sup>44</sup> APEP – Códice 741, doc. 269.

<sup>45</sup> MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português no Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2010; COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Edições Ceju, 1993.

<sup>46</sup> APEP – Códice 740, doc. 585.



O Governador de Armas e a Junta de Governo, respectivamente o poder civil e o poder militar da província, já tinham se enfrentado várias vezes em torno das suas decisões, cada qual argumentando a Lisboa que o seu posicionamento era a melhor forma de defender a união com Portugal. Nessa ocasião, não foi diferente porque a Junta insistiu desde o início que o pedido do Maranhão deveria ser aceito imediatamente, argumentando que salvar a província vizinha era a única forma de manter a paz interna também em território paraense. De modo oposto, Moura dizia que a ação era prejudicial à manutenção da ordem interna no Pará, exigindo que a remessa fosse dividida e que um recrutamento antecesse o deslocamento dos soldados para o Maranhão. Os conflitos entre o governo civil e o militar acirraram-se, uma vez que a Junta considerou impróprias as condições do Governador de Armas. De um lado, alegava que não se podia esperar o recrutamento, pois era uma questão urgente. De modo complementar, punha em dúvida a conveniência de recrutar tantos homens em um clima de ânimos acirrados.<sup>47</sup>

Dada a importância do Maranhão para o destino do Pará, a posição da Junta prevaleceu: em fevereiro de 1823, foram enviados 124 soldados, prometendo-se o restante assim que o recrutamento atingisse duzentos novos homens. Tanto empenho da Junta a levou até a fretar um brigue inglês para transportar os soldados.<sup>48</sup> Frente à disputa com o Governador de Armas, a Junta tomou as decisões necessárias e depois escreveu a Lisboa, ao Congresso e ao Rei, buscando justificar sua posição: segundo o governo civil, era necessário salvar o Maranhão por ser essa província “a mais natural amiga” e “verdadeiro antimoral (sic) da segurança do Pará”.<sup>49</sup> Como se vê, a perspectiva da importância do Maranhão para o posicionamento do Pará seguia a linha de raciocínio aqui exposta.

Essa disputa entre o governo civil e o governo militar parece ter sido o auge dos conflitos entre essas autoridades. É preciso lembrar que, a despeito das suas atitudes, José Maria de Moura já trazia consigo a antipatia de representar os famosos decretos de outubro de 1821 das Cortes de Lisboa. Esses decretos, entre outras coisas, criaram o Governador de Armas escolhido pelo poder central, algo que teve grande rejeição dos deputados americanos, uma vez que foi visto como uma forma de

---

<sup>47</sup> APEP – Código 744, doc. 356.

<sup>48</sup> APEP – Código 744, doc. 356.

<sup>49</sup> APEP – Código 742, doc. 108.

intervenção de Lisboa sobre os governos provinciais.<sup>50</sup> O governo civil já havia escrito a Lisboa várias vezes, reclamando das atitudes do Governador de Armas, sempre dando a entender que este poder pretendia se sobrepor aos demais poderes. Em episódios como a resistência de Moura à criação de um corpo policial sob o controle do poder civil, ou a prisão de dois editores do periódico *O Paraense*, a Junta de Governo queixava-se de que Moura não era um homem talhado para governar naqueles dias, já que estava em total desconexão com o espírito do tempo. Nesse sentido, segundo a Junta, Moura não conseguia perceber que os corpos policiais civis eram uma realidade comum a outros países, assim como entendiam a prisão dos editores de *O Paraense* como algo injusto, só razoável para um homem como Moura, que ainda não tinha compreendido que a divergência era aceita no novo regime implementado desde a Revolução do Porto.<sup>51</sup> Tantos conflitos fizeram a Junta de Governo escrever a Lisboa, no fim de 1822, afirmando que a reconciliação com Moura era impossível.<sup>52</sup>

Com exceção da versão criada por Moura, nenhum documento, relato do período ou de historiadores viu nessa disputa um confronto entre os que queriam a fidelidade a Lisboa e os que desejavam se ligar ao Rio de Janeiro. Nos dois campos, eram homens que se mantinham fiéis a Portugal, mas que tinham diferentes graus de adesão ao liberalismo, agora dominante. Nesse sentido, no mesmo período do envio das tropas para o Maranhão e logo depois, outros episódios precipitaram maior divisão entre os grupos políticos no Pará. No primeiro deles, em janeiro de 1823, baseando apenas numa petição de alguns comandantes militares do Pará, o Governador de Armas desobedeceu a ordem das Cortes de Lisboa que exigiam seu retorno para a Europa. Pouco depois, em março, José Maria de Moura liderou um golpe militar que depôs a Junta de Governo Civil, que lhe fazia oposição, escolhendo a dedo um novo governo civil. Além da deposição do governo, foram ordenadas a prisão de vários homens alinhados à Junta. Tudo isso transformava, aos olhos dos paraenses, o Vintismo em uma letra morta, já que, se utilizando da força armada, José Maria de Moura punha em xeque a real capacidade das Cortes governarem aquela província americana. Essa situação se tornaria ainda mais radicalizada, a partir do final de julho de 1823, quando chegou a Belém a notícia de que as Cortes de Lisboa tinham sido dissolvidas e que D. João VI tinha retomado seus poderes absolutos. Isso

<sup>51</sup> APEP – Códice 742, doc. 77; APEP – Códice 743, doc. 95; AHU, ACL, CU 13, cx. 152, d. 11.777.

<sup>52</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 157, d. 11.989.



alterava o equilíbrio de forças na província, já que os liberais fiéis a Lisboa não tinham mais razão para defender o regime português, enquanto o Rio de Janeiro prometia uma constituinte.<sup>53</sup>

Com extrema fragmentação civil e militar, ganhava ainda mais importância o destino do Maranhão, assim como todos os lados ansiavam por um reforço militar que desequilibrasse a disputa em favor de um dos projetos políticos. Nesse momento, as cartas entre Belém e São Luís são frequentes e, na maior parte das vezes, tratam de um mesmo tema: a expectativa do envio de tropas por Portugal para manter o Maranhão e o Pará sob o seu controle.<sup>54</sup> A partir de julho de 1823, a expectativa de reforço militar português também conta com a esperança de que tropas estacionadas na Bahia fossem deslocadas para garantir a manutenção do Pará e Maranhão. Cartas dessa última província eram enviadas a Belém, dando conta que a situação na Bahia era monitorada todos os dias, na esperança da chegada das tropas.<sup>55</sup>

A partir daí, o destino político da província passa a ser um jogo de xadrez, no qual o destino das províncias vizinhas e o reforço militar passam a ser os elementos decisivos. É em torno disso e não de sentimentos de pertencimento que se deve compreender a incorporação do Pará ao Império do Brasil. Um dos melhores exemplos disso talvez seja o livro de memórias de D. Romualdo Seixas, publicado em 1861. Nessa ocasião, Seixas já era o Marquês de Santa Cruz, tinha percorrido uma carreira política de destaque no Parlamento brasileiro, além de ser, desde o final da década de 1820, o líder da Igreja Católica no Brasil e, por isso mesmo, um dos homens mais influentes do Brasil. Apesar de ser um dos grandes homens do Império, ao descrever este período, D. Romualdo em nenhum momento mencionou a ansiedade dos paraenses em se ligar ao governo de D. Pedro. Ao contrário, em vários momentos o texto deixa claro que era difícil encontrar adeptos dessa solução. Talvez na descrição mais surpreendente, D. Romualdo, em plena década de 1860, confessa que ele mesmo demorou a se inclinar para essa possibilidade, sendo que, para sua decisão, o fator decisivo era saber qual seria o destino da Bahia.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 164-168.

<sup>54</sup> APEP – Códice 743, doc. 101.

<sup>55</sup> APEP – Códice 780, doc. sem número, de 19 de julho de 1823.

<sup>56</sup> SEIXAS, Romualdo. Memórias do Marquês de Santa Cruz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p. 25-33

Em razão disso, um momento decisivo deu-se entre os dias 2 e 4 de agosto de 1823. Nesses dias, há uma troca de correspondências secretas entre o governo civil e o governador de Armas do Pará. Nessas cartas, as autoridades mencionavam informações, ainda desconhecidas, que davam conta, ora da incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, ora da chegada de tropas na província vizinha. O posicionamento dos dois missivistas é idêntico: o governo civil põe em dúvida a possibilidade de manter o Pará ligado a Portugal, se o Maranhão capitulou. O governador de Armas era ainda mais incisivo, dizendo que só era necessário ter certeza sobre o alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, pois, se isto era verdade, não havia mais o que fazer.

Menos de dez dias depois, em 10 de agosto de 1823, o mercenário inglês John Pascoe Grenfell ancorava nas imediações de Belém. Trazia as notícias de alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, provadas pela publicação de periódicos locais, e dizia dispor de uma grande força militar para utilizar, se necessário, sendo que esta última informação não era verdadeira. Também prometia que os paraenses poderiam participar da elaboração de suas próprias leis, como todos os brasileiros, além de garantir os bens dos que aderissem à “causa brasileira”. A vinda de um reforço militar, somada à inviabilidade da manutenção de um bloco de províncias unidas a Lisboa, é a explicação fundamental da decisão da Junta de Governo em aceitar a incorporação da província ao Império do Brasil, em 11 de agosto de 1823.

## **RESUMO**

O artigo busca problematizar a lógica dos espaços territoriais do antigo Reino do Brasil, no período da independência. Nesse sentido, demonstra que as tramas políticas desse momento, ao mesmo tempo que não podem ser compreendidas como gestadas em uma unidade territorial em que a antiga colônia precede o Estado independente, não estão presas às fronteiras das antigas províncias. Desse modo, tendo o Grão-Pará como centro, demonstra como as decisões de alinhamento a Lisboa, ao Rio de Janeiro ou mesmo o vislumbre de outros arranjos políticos sempre levaram em conta os acontecimentos em outras províncias.



**Palavras-chave:** Independência. Grão-Pará. Território.

**ABSTRACT**

The article looks for discussing the logic of the territorial spaces of old Kingdom of Brazil in the period of the independence. In that sense, it demonstrates that the political contents of that moment, at the same time they cannot be understood as managed in a territorial unit in that the old colony precedes the independent State, they are not connected to the borders of the old provinces. This way, having Grão-Pará as center, demonstrates as the alignment decisions to Lisbon, to Rio de Janeiro or even the glimpse of other political arrangements always took into account the events in other provinces.

**Keywords:** Independence. Grão-Pará. Territory.